



## Introdução

A escravidão negra não é um tema do passado. As leis que culminaram na libertação de todos os escravos do Brasil, em 1888, não significaram a abolição e o fim de todo o trabalho forçado. Para se ter uma ideia, de acordo com a *Alliance Against Modern Slavery*, instituição canadense que se propõe ao combate contra a escravidão contemporânea no mundo, estima-se que 12,3 milhões de pessoas ainda trabalham em regime de escravidão ou em condições análogas na atualidade. De acordo com a Organização das Nações Unidas, entre 600 e 800 mil trabalhadores e trabalhadoras ainda são comercializadas a cada ano em todo o mundo. São inúmeros os casos de noticiamento nos jornais e revistas sobre denúncias de trabalho escravo no Brasil da atualidade, demonstrando o não isolamento do Brasil dessa triste realidade. Com esses dados, é pertinente destacar a importância desse debate e provocar uma reflexão e a necessidade desse tema para se pensar nas grandes questões da sociedade brasileira.

Na Baixada Fluminense, lugar de população majoritariamente afrodescendente, as marcas e as memórias da escravidão ainda são muito presentes, sobretudo no que diz respeito a sua maior herança: o racismo. Este artigo, portanto, também é uma reflexão sobre as desigualdades raciais na região, bem como os processos de resistência que podem ser construídos ao longo das pesquisas acadêmicas. Para isso, apresentaremos duas sessões específicas: a primeira, um breve panorama da importância do debate sobre a historiografia da escravidão para a luta de resistência contra o racismo; já na segunda, as perspectivas das pesquisas sobre a escravidão na Baixada Fluminense nos últimos quinze anos, quando é possível encontrar uma multiplicação dos estudos sobre essa temática na historiografia da Baixada Fluminense.

## A escravidão e os contextos historiográficos no Brasil

Calcula-se que o tráfico transatlântico de escravos promoveu a migração forçada de aproximadamente 12 milhões de pessoas da África para as Américas entre os séculos XV e XIX. Aproximadamente 40% desse total teria desembarcado em portos brasileiros, caracterizando o Brasil como o principal território americano a receber africanos escravizados para ser empregados como mão de obra em todos os setores produtivos, tanto durante o período colonial quanto após a emancipação política, em 1822. Ainda é possível estimar que mais de 1 milhão de africanos, isto é, cerca de 25 a 30% daqueles

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Comunicações nas Periferias (FEBF/UERJ). Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC); Professora da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Pesquisa A Cor da Baixada.

<sup>2</sup> Diretor Acadêmico da FEUDUC; Diretor de Pesquisa do Museu Vivo do São Bento; Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ; Fundador e Diretor Executivo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico; Líder do Grupo de Pesquisa A Cor da Baixada.

<sup>3</sup> Ver <http://allianceagainstmasterslavery.org/> Acesso (27/03/2016)

que vieram para o Brasil, desembarcaram nos diferentes portos da baía de Guanabara, transformando o Rio de Janeiro na principal cidade do mundo atlântico ao final do século XVIII e início do século XIX.

Ao longo do século XX, o debate sobre a questão do negro no Brasil ganhou fôlego, com a multiplicação de trabalhos sobre o tema. À luz das reflexões de mestiçagem promovidas por Gilberto Freyre, o Estado brasileiro colocou o negro no centro da formação da sociedade. (FREIRE, 1963) Com o projeto de industrialização econômica do Brasil e a resistência da população negra cujo trabalho continuava sustentando esse país, o governo Vargas buscou nas tradições e expressões culturais afro brasileiras uma forma de controle e vigilância próxima das ações e das reações da população negra.

Do ponto de vista interpretativo, os anos de 1930 foram muito ricos para os estudos culturalistas sobre a questão do negro no Brasil. Desde o início do século XX que Nina Rodrigues buscava compreender os primeiros africanos escravizados e a formação da sociedade brasileira, considerando a reprodução "das tradições de organização política e guerreira dos povos bantos". (RODRIGUES, 1977)

De acordo com aqueles estudos culturalistas, a resistência escrava no Brasil representava um fenômeno de contracultura, sendo marcado pela insistência da cultura africana, um contraponto para a sociedade escravista baseada no trabalho e na exploração do trabalhador negro. Arthur Ramos, por exemplo, propunha que a luta e a resistência escrava no Brasil promoveram a recriação de "estados africanos" no Brasil, isto é, diante do processo de desagregação dos africanos em função do regime escravista, seria necessária a restauração de reinos e sociedades africanas para que as identidades fossem recuperadas. Para o autor, os quilombos e os movimentos de rebeldia negra eram os principais e mais representativos exemplos de contra-aculturação que os negros promoveram durante os tempos do cativeiro. (RAMOS, 1979)

Também contemporâneo das interpretações culturalistas, Edison Carneiro buscou nos estudos dos negros no Brasil, particularmente os cultos afro brasileiros, explicações para pensar a organização das lutas de resistência que ocorreram durante a vigência da escravidão no Brasil. De acordo com o autor, os enfrentamentos que os africanos escravizados promoviam "eram, em si mesmos, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida". Neste caso, o quilombo, por exemplo, seria uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos restaurados em terras brasileiras. (CARNEIRO, 1964)

Roger Bastide também fundamentou seus estudos considerando os aspectos culturais da resistência e da fuga dos escravos no Brasil. Ao investigar as culturas e religiões negras nas Américas, o autor também considerou os movimentos de fuga e de enfrentamento como um processo contra aculturativo protagonizado por indivíduos que estavam lutando contra a submissão ao cativeiro. Os quilombos, por exemplo, estavam marcados pela presença de maioria africana, cujos indivíduos buscavam, nas referências étnicas, formar uma identidade cultural daquele grupo social. Ao que parece, Roger Bastide toma o pioneirismo com o rompimento da ideia de "restauração das culturas africanas no Brasil", uma vez que ao longo de seu trabalho, há uma tentativa de esclarecimento de adaptação do passado ao presente do que a criação de forma de vida inteiramente nova. (BASTIDE, 1974)

O debate sobre tradição e tradicionalismo poderia colaborar para melhor compreender os fenômenos das interpretações culturalistas sobre o negro no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Naqueles trabalhos, a cultura era percebida como algo estático e polarizado (cultura africana *versus* cultura europeia), assim como se percebe o tradicionalismo, recusando-se o diálogo e persistindo apenas o enfrentamento e a negação do outro. Segundo Hampté Bá, a tradição é viva, dialógica e aberta a novas perspectivas, uma vez que a essência e as concepções originais de uma determinada sociedade sejam preservadas e perpetuadas nas gerações subsequentes. (BÁ, 2011)

Ao longo dos anos 1960, uma nova perspectiva interpretativa surgiu nos estudos sobre a luta e resistência dos escravizados africanos no Brasil. A corrente materialista introduzia a rebeldia escrava no contexto da luta de classes sob o escravismo. Nesse sentido, a ênfase recai sobre o caráter violento da escravidão, valorizando os movimentos de rebeldia coletiva, a formação dos quilombos, as revoltas escravas que buscavam uma "negação da ordem escravista". Ao contrário da escola interpretativa anterior, que se concentrou na análise de Palmares, os estudiosos da escola materialista buscavam a

diversidade das comunidades quilombolas e das insurreições escravas fundadas em diferentes lugares e regiões do Brasil.

Clóvis Moura analisou especificamente a formação de comunidades quilombolas e a sua relação com a resistência negra durante a vigência do regime escravista. Ao analisar comunidades quilombolas em diferentes regiões, o autor procurava compreender a dinâmica da sociedade brasileira através da luta e da resistência escrava. Moura foi um dos pioneiros em acentuar o desgaste da sociedade escravista por conta da ação constante de rebeldias, fugas e insurreições promovidas pelos escravizados, isto é, o fim do regime escravista não foi apenas um arranjo político mais também resultado da própria luta daqueles que viviam sob a condição de cativos. Assim, Clóvis Moura ofereceu um protagonismo político para os escravos que, mesmo em condições adversas, eram sujeitos do processo de transformação da sociedade. De acordo com o autor, a rebeldia dos escravizados criava premissas para a projeção de um novo regime no qual o trabalho seria exercido pelo trabalhador livre que não era simples mercadoria, mas vendedor de sua força de trabalho. (MOURA, 1988)

Durante a Ditadura Militar, as condições da população negra do Brasil foram ainda mais invisibilizadas, uma vez que a repressão, o controle e os desmandos se difundiram para os diferentes setores da sociedade. Conquanto, a resistência negra, tanto em tempos de cativeiro quanto nos tempos da liberdade, foi uma das principais inspirações para a luta de redemocratização do país. Em tempos em que falar de resistência política era terminantemente proibido, por conta dos ideais impostos pelos governos militares, a resistência palmarina (para se referir ao Quilombo dos Palmares) tomou-se um ponto de representação da luta protagonizada por aqueles que desejavam a democracia e a liberdade.

Neste contexto, Luis Luna demonstrava que a massa de escravos não ficou de braços cruzados diante da escravidão, reagindo pelos meios dos quais dispunha. Para o autor, as reações poderiam ser individuais ou coletivas, quase sempre uma reação violenta, como se poderia perceber através dos muitos crimes de agressão e homicídios cometidos pelos cativos. Além disso, as revoltas e os quilombos também corroboravam a ideia de que a maioria dos escravos, em tempo algum, conformou-se com o regime de cativeiro. (LUNA, 1968)

José Alípio Goulart também se debruçou sobre as diferentes formas de luta, revoltas e resistência dos escravos, com ênfase para a formação de quilombos. Para o autor, havia uma rebeldia naturalizada dos escravizados, pois eram seres humanos expostos a condições sociais permeadas por crueldade e violência, o que os impunha a necessidade de fugir, lutar e resistir. (GOULART, 1972) Neste mesmo período, entretanto um pouco mais adiante, Décio Freitas também analisou os quilombos brasileiros e a luta dos negros no Brasil baseado em uma forte influência do materialismo histórico. Para o autor, havia forças estruturais que impunham uma marginalidade geográfica, econômica e social aos quilombos, implicando o comprometimento da transformação daquela sociedade. Por outro lado, o autor percebe os "escravos proletários" e, com isso, a necessidade de repensar a condição do negro na sociedade, no mercado de trabalho e na sua luta cotidiana, de forma que fosse possível repensar o que ele considerou como "impotência revolucionária". (FREITAS, 1976)

Ao final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, uma grande concentração de trabalhos procurou novos rumos para a temática da escravidão no Brasil. A ideia de inexistência de documentos relativos ao período escravista foi desmitificada por inúmeros trabalhos. Infelizmente, não cabe neste artigo um panorama de toda a historiografia brasileira sobre o tema da escravidão durante esse período. Isso, sobretudo, pela grande quantidade de trabalhos que realmente se multiplicaram tanto nos programas de pós graduação, quanto nos diferentes projetos editoriais que se espalharam. Contudo, alguns trabalhos são emblemáticos e devem aqui estar assinalados, muito em função das influências que eles exerceram sobre os pesquisadores e os historiadores que se debruçaram sobre o tema da escravidão na Baixada Fluminense. Desse modo, salvo algumas exceções, elencaremos as pesquisas sobre a escravidão fluminense que mais influenciaram a explosão de trabalhos sobre a escravidão no Recôncavo da Guanabara, já nos anos 2000, principal questão que trataremos na última parte desse artigo.

João Reis e Eduardo Silva romperam com a dicotomização entre resistência e repressão como ponto de delineamento para os estudos sobre a escravidão no Brasil. Para os dois estudiosos, a

escravidão enquanto regime de formação social e econômica do país estava demarcada pelas relações entre senhores e escravos que poderiam ser compreendidas pelos conflitos, mas também pela constante negociação, organizando uma nova perspectiva para os estudos sobre a temática. (SILVA e REIS, 1989) Essa perspectiva foi influência certa para diferentes estudos sobre a escravidão na Baixada Fluminense ao longo do tempo.

No Rio de Janeiro, o mais importante trabalho desse período foi o de Mary Karasch, que contemplou a vida e o cotidiano dos escravos na Corte Imperial do Brasil. O seu trabalho, entre outras questões, torna o escravizado como protagonista de sua própria história, que passava pela luta contra a condição de cativo, mas que, sobretudo, abria espaço para se pensar as identidades coletivas, o trabalho cotidiano e as diferentes formas de expressão e de organização social da escravaria nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. (KARASCH, 1987)

Talvez por questões de proximidade geográfica, os trabalhos monográficos vencedores do Prêmio do Arquivo Nacional também exerceram influência determinante para os estudos sobre a escravidão no Brasil. João Fragoso, ao estudar a relação dos baixos custos dos alimentos no mosaico de formas não capitalistas de produção na formação de uma elite mercantil do Rio de Janeiro, apontou para diferentes possibilidades das relações que os proprietários de escravos do Recôncavo da Guanabara teciam no âmbito dos negócios do tráfico atlântico de escravos. (FRAGOSO, 1992) Hebe Mattos apresentou os significados da liberdade como centro dos estudos sobre escravos e libertos no Brasil, as expectativas senhoriais sobre os impactos da liberdade e as estratégias que buscaram desenvolver para responder às transformações daqueles tempos. Também foi nos trabalhos da autora que os historiadores da Baixada Fluminense encontraram perspectivas para interpretar as surpreendentes atitudes dos escravizados e dos libertos, sobretudo no que diz respeito às negociações de cartas de alforrias, com suas mais diferentes possibilidades. (MATTOS, 1998)

Sabe-se que, em média, mais de 70% dos africanos escravizados no Recôncavo da Guanabara foram originários da África Centro Ocidental, o que acompanha os números da cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, os estudos de Manolo Florentino para a praça do Rio de Janeiro, sem dúvida alguma, exerceram influência fundamental nos trabalhos sobre os africanos de nações Benguela, Cabinda e Angola que povoaram as freguesias do entorno dos rios Iguaçu, Sarapuí, Magé, etc. As flutuações do porto do Rio de Janeiro e sua relação estreita com o mercado atlântico, particularmente Angola, foram fundamentais para identificar as nações africanas predominantes e, conseqüentemente, os negócios em que os senhores e proprietários de escravos se envolviam ao longo da vigência do tráfico. (FLORENTINO, 1997)

Porém, nenhum outro trabalho influenciou mais os estudos da escravidão na Baixada Fluminense, muitas vezes ultrapassando os limites da temática e influenciando outros estudos na região, do que o de Flávio Gomes. Em *Histórias de quilombolas*, o autor apresenta um passado agrário da região que atualmente forma o território da Baixada Fluminense, sua composição econômica, as tramas do poder político de pequenos proprietários e senhores de escravos. A elaboração de um cenário da região foi fundamental para apresentar as formas de atuação dos quilombolas nas terras do entorno da bacia do rio Iguaçu. (GOMES, 2006) É importante acentuar que esse e outros trabalhos de Flávio Gomes estão presentes nas referências bibliográficas de quase todos os estudos sobre a escravidão no Recôncavo do Guanabara, mesmo daqueles trabalhos que buscaram uma perspectiva diferente daquela que o autor vem seguindo ao longo de sua carreira acadêmica.

Independente da filiação teórico-metodológica, os trabalhos elencados anteriormente foram as principais inspirações para as pesquisas que se sucederam na Baixada Fluminense nos primeiros 15 anos

---

<sup>4</sup>Sobre esse trabalho, é preciso acentuar sua importância para a História Pública da Baixada Fluminense. Além das inúmeras referências nos trabalhos de história da escravidão e de outras temáticas na região, o título do primeiro capítulo dessa obra inspirou a fundação da revista Hidra de Igoassu que circulou na Baixada Fluminense entre 1999 e 2012. A Hidra de Igoassu é o símbolo do Museu Vivo do São Bento (ver [museuvivodosabento.com.br](http://museuvivodosabento.com.br)). Infelizmente, a equipe do Museu Vivo do São Bento aprovou (obviamente não por unanimidade) recentemente um estudo para a mudança do símbolo daquele museu.

século XXI. Entre as influências, talvez a que mais merece destaque seria a localização e o tipo de fontes. Não é por um acaso que os estudos sobre a escravidão durante esse período estão majoritariamente marcados pelos documentos sob a guarda do Arquivo Nacional, como pode ser conferido nas referências dos trabalhos que analisaremos a seguir. Os tipos de fontes, por sua vez, se multiplicam em processos criminais, inventários, testamentos, cartas de alforrias, processos cíveis, livros eclesiásticos, entre outros. Além disso, os trabalhos seguem uma lógica de abordagem das fontes muito próximas da historiografia fluminense dos anos 1990, com variações metodológicas de acordo com os programas de pós graduação onde foram desenvolvidos, bem como as orientações demandadas pelos professores que acompanharam cada pesquisa acadêmica em questão.

### **Escravidão e Historiografia na Baixada Fluminense: a produção dos anos 2000**

Nós temos estudado a história da escravidão africana no Brasil desde o início dos anos 2000. (BEZERRA, 2000; SILVA (LAURENTINO), 2004) Desde então, podemos afirmar que a historiografia da escravidão na Baixada Fluminense deve ser percebida a partir de três fases específicas: a) a historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão e do negro na Baixada Fluminense; b) a historiografia que tangenciou os estudos da escravidão e sua relação com a Baixada Fluminense; c) a revolução historiográfica sobre a escravidão na Baixada Fluminense. (BEZERRA, 2014) Não cabe aqui uma análise dessas três fases, como já foi feito anteriormente. Entretanto, nós gostaríamos de elencar os trabalhos que compõem essa última fase que, em nosso entendimento, representam o maior movimento historiográfico da Baixada Fluminense, superando quaisquer outras temáticas que foram visitadas pelos historiadores da região, a despeito da negligência dos historiadores tradicionais sobre as questões relacionadas aos negros, aos índios e as mulheres. Entre os chamados historiadores acadêmicos da Baixada Fluminense, o tema que foi mais visitado foi a escravidão, de acordo com um levantamento recente realizado em função de uma pesquisa ainda em desenvolvimento.<sup>5</sup>

A proliferação dos estudos sobre a escravidão, a diáspora africana e a cultura afro brasileira na Baixada Fluminense tem se justificado pela grande proporção de negros e pardos na população das cidades da região, bem como os diferentes incentivos que foram criados pela promulgação da Lei 10.639/03 e os diferentes programas de incentivo à preservação do patrimônio cultural realizados pelo Estado brasileiro, que por sua vez, tem sido pressionado pela sociedade civil organizada. Muitos dos estudiosos desses temas são criados no seio dos movimentos sociais da Baixada Fluminense e, alguns outros formados em instituições cujo corpo docente caracterizou-se pela presença de militantes culturais.<sup>6</sup>

No caso dos estudos sobre a escravidão, tema ao qual gostaríamos de nos circunscrever daqui para frente, além da "descoberta" do Arquivo Nacional e, posteriormente, de outros arquivos como necessários para o estudo do tema na região, a fundação do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu (UFRRJ), através de seu curso de graduação em História e do Programa de Pós Graduação em História foi fundamental para o crescimento e o desenvolvimento de novos estudos sobre a região. Além da importância de uma instituição federal para o desenvolvimento da região, a presença de professores e historiadores que tinham grande envolvimento com o tema da escravidão foi fundamental para que

<sup>5</sup> Eliana Santos da Silva Laurentino. Patrimônio, Memória e Cultura Afro Brasileira na Baixada Fluminense: pesquisa e ensino. Projeto de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Duque de Caxias: FEBF/UERJ (2015-2017).

<sup>6</sup> Esse seria o caso do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (Feuduc) durante o período entre 1999-2008, sobretudo com a presença dos professores Antonio Jorge Matos, Antonio Augusto Braz, Marlúcia dos Santos Souza, Alexandre Marques e Nielson Rosa Bezerra que formavam uma espécie de núcleo duro daquele departamento. Esse professores protagonizaram a formação do novo curso de História (anteriormente era Estudos Sociais), fundaram e administraram o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense. E juntamente com outros historiadores também fundaram a Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (APPH-CLIO), bem como estiveram presentes na fundação da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias (ASAMIH), que entre outras coisas, representou a revitalização do Instituto Histórico de Duque de Caxias.

diferentes trabalhos da Baixada Fluminense ganhasse maior folego. (OLIVEIRA, 2010; RORIGUES, 2013; PEIXOTO, 2015)<sup>7</sup> Contudo, antes disso, os trabalhos sobre a escravidão na Baixada Fluminense já eram defendidos em outros programas de História, como a Universidade Severino Sombra em Vassouras, (CAMPOS, 2000; BEZERRA, 2004) a Universidade Federal do Rio de Janeiro e, sobretudo, a Universidade Federal Fluminense, (DEMÉTRIO, 2008; BEZERRA, 2010; DEMÉTRIO, 2015) até então, o principal programa que abrigava os estudiosos interessados em estudar a escravidão africana na Baixada Fluminense.

São quatorze trabalhos encontrados pelos diferentes programas de Pós Graduação em História do estado do Rio de Janeiro, com uma rara exceção de uma dissertação de mestrado defendida na Unicamp.<sup>8</sup> São inúmeras as perspectivas da escravidão abordadas nos trabalhos encontrados, tais como as identidades africanas, as famílias escravas, a mobilidade social, a condição da mulher, as diferentes relações sociais no âmbito da escravidão, a navegação fluvial e as conexões atlânticas, os impactos e as influências do tráfico atlântico, os africanos livres e suas relações com os trabalhadores escravizados, entre outros. Os tipos de fontes também são bem diversificados, de sorte que as diferentes abordagens são inevitáveis. Contudo, o africano escravizado e seus descendentes são os principais pontos de análise dos diferentes autores que se debruçaram sobre a escravidão africana na Baixada Fluminense nos primeiros tempos do século XXI. Assim, como ocorreu uma revolução historiográfica no Brasil, que não se circunscreveu apenas aos estudos sobre a escravidão, a Baixada Fluminense conheceu o seu lado dessa revolução, uma vez que não apenas a quantidade expressiva de trabalhos, mas sobretudo a qualificação e a diversificação de métodos, perspectivas teóricas, fontes e abordagens caracterizam o conjunto de trabalhos. Para que essa ideia seja mais inteligível, organizamos o quadro a seguir:

**Quadro 1**  
**Teses e Dissertações sobre Escravidão na Baixada Fluminense (2000-2015)**

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2000	Ivone Cristina Campos	As permanências da escravidão: portos periféricos (1850-1880)	Dissertação	USS
2004	Nielson Rosa Bezerra	As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguazu e Estrela, 1833-1888	Dissertação	USS
2005	Ubiratan Cruz	Família na Freguesia de Nossa do Pilar do Morobahí: estrutura social e padrão de sociabilidade (Capitania do Rio de Janeiro, 1759-1793)	Dissertação	USS
2005	Alinnie Silvestre Moreira	Liberdade tutelada Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831- c.1870)	Dissertação	Unicamp
2006	Aline Fernandes Pereira	Cultura material A Fábrica Santo Aleixo: a importância de trabalho manufatureiro livre em uma sociedade escravista (1848-1860)	Dissertação	USS

<sup>7</sup> Roberto Guedes Ferreira é o principal orientador dos trabalhos sobre escravidão na Baixada Fluminense que foram defendidos naquele programa.

<sup>8</sup> Nós gostaríamos de esclarecer que esse banco de fontes e bibliografias sobre a História da Baixada Fluminense está em processo de construção. Desse modo, é possível que outros trabalhos não tenham aparecido nesta seleção. Nós agradeceríamos indicações para que nosso banco possa ser completado e aperfeiçoado. Ainda é preciso esclarecer que esse banco de fontes e de bibliografias faz parte do projeto Testemunhos de africanos no Brasil: biografias, trajetórias individuais e identidades coletivas (Séculos XVIII-XIX), financiado pela FAPERJ.

2008	Denise Vieira Demétrio	Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII	Dissertação	UFF
2010	Nelson Henrique Moreira de Oliveira	Forros senhores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguazu, fins do século XVIII	Dissertação	UFRRJ
2013	Ana Paula Souza Rodrigues	Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Jacutinga, século XVII-XVIII)	Dissertação	UFRRJ
2010	Nielson Rosa Bezerra	Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)	Tese	UFF
2013	Rubens da Mota Machado	A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila de Iguazu, 1840-1880)	Dissertação	UFRJ
2014	Denise Vieira Demétrio	Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques	Tese	UFF
2015	Moisés Soares Peixoto	Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social, (Piedade de Iguazu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780- 1870)	Dissertação	UFRRJ
2015	Daniela Carvalho Cavalheiro	Africanos Livres no Brasil: Tráfico Ilegal, Vidas Tuteladas e Experiências Coletivas no Século XIX	Dissertação	UFRRJ
2015	Vitor Cabral Braga	Lugares para bem morrer no Recôncavo da Guanabara/RJ: Irmandades, ritos e tensões na geografia da morte (1720-1800)	Dissertação	UNIRIO

Fonte: Banco de fontes e bibliografias do Grupo de Pesquisa "A cor da Baixada"

Ao perceber a trajetória dos autores de cada dissertação de mestrado aqui identificada, quase a unanimidade é formada por moradores da Baixada Fluminense e professores da rede pública de ensino. De uma forma geral, o ensino foi prioridade para esses estudiosos, sendo a carreira acadêmica uma possibilidade de atuação profissional. É claro que não se pode generalizar, pois é possível que alguns desses autores tenham a inversão dessa ordem em suas trajetórias, contudo, a afirmativa aqui feita está baseada nos agradecimentos, comentários e introduções de cada trabalho. Ainda há uma forte presença de agentes envolvidos em diferentes movimentos sociais da Baixada Fluminense, com ênfase na participação dos movimentos do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ). Além disso, dos 14 trabalhos selecionados, cinco deles foram produzidos por ex alunos dos cursos de graduação e de pós graduação (Lato senso) em História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC). Neste momento, seria interessante tomar emprestado a perspectiva de Michel de Certeau, quando afirma que a escrita é uma prática das intenções de articulação que a temática permite construir, pois "não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com o corpo social e com uma instituição de saber". (CERTEAU, 1982, p. 88)

Ao analisar o quadro 1, percebe-se uma concentração de trabalhos no programa de pós graduação em História da Universidade Severino Sombra. De acordo com as justificativas daquele

programa, seus interesses estavam marcados na formação de pós graduação stricto sensu de professores de escolas públicas e de universidades particulares que desejavam aperfeiçoar e dar continuidade aos seus estudos. Desse modo, é possível traçar um perfil profissional e acadêmico dos autores das dissertações sobre a Escravidão na Baixada Fluminense naquele programa, isto é, professores formados em universidades privadas e que atuavam em escolas públicas e em cursos de graduação das universidades particulares da região. Embora não possamos categoricamente afirmar, há indícios de resistências dos programas de pós graduação das universidades públicas para temas da escravidão na Baixada Fluminense propostos por ex alunos de universidades particulares durante o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Assim, o programa de pós graduação da Universidade Severino Sombra tornou-se uma espécie de refúgio acadêmico para os profissionais da Educação do estado do Rio de Janeiro dispostos a pesquisar e a desenvolver trabalhos regionais sobre o território fluminense.<sup>9</sup>

Por volta do ano de 2004, a Universidade Federal Fluminense, no âmbito do Laboratório de História Oral e Imagens – Labhoi, sob a coordenação das professoras Hebe Mattos e Mariza Soares, foi a instituição responsável pela parceria internacional que viabilizou a digitalização da documentação eclesiástica referente às freguesias que formavam o Recôncavo da Guanabara.<sup>10</sup> A aproximação de proeminentes professoras do programa de pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense proporcionou inicialmente que alunos da graduação de História da UFF que moravam na Baixada Fluminense participassem como bolsistas do projeto.<sup>11</sup> Mais adiante, alguns deles tornaram-se alunos do programa em que as mencionadas professoras atuavam. Desse modo, há uma presença de dissertações e teses sobre a História da Baixada Fluminense que tiveram a Universidade Federal Fluminense como lugar socio-institucional de produção daqueles trabalhos historiográficos. (DEMÉTRIO, 2008; BEZERRA, 2010. DEMÉTRIO, 2015)

Em 2006, o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, unidade acadêmica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, passou a funcionar em campus próprio inaugurado naquele ano. Contudo, aquela universidade já funcionava na cidade de Nova Iguaçu desde o ano 2000. É fato que com o novo campus, as atividades acadêmicas foram ampliadas e melhor organizadas, dando visibilidade para os estudantes e os profissionais que ali atuavam. No ano de 2008, o programa de pós graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi criado no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, com atividades no campus central, mas também vinculado ao Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu. Desse modo, as pesquisas sobre a Baixada Fluminense encontrariam uma nova referência institucional. No caso das pesquisas sobre a História da Escravidão na Baixada Fluminense, a presença do professor Roberto Guedes Ferreira, e as constantes aprovações de financiamentos de pesquisa sobre “as hierarquias e as mobilidades sociais no Brasil colonial” foram fundamentais para a formação de novos pesquisadores que residiam e trabalhavam na região, mas estavam interessados sobre a temática da escravidão. A presença de um programa de pós graduação de uma universidade pública na Baixada Fluminense foi fundamental para a ampliação do número de estudos sobre a região e suas diferentes temáticas. No caso dessa análise, é possível identificar entre os 14 trabalhos que formam o quadro 1, que quatro deles foram produzidos e defendidos no âmbito do programa de pós graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2010; RODRIGUES, 2013; CAVALHEIRO, 2015; PEIXOTO, 2015) Além disso, os dois primeiros doutores que defenderam teses sobre a Escravidão na Baixada Fluminense foram bolsistas de Programa Nacional de Pós Doutorado da Capes (PNPD-CAPEs), no âmbito do projeto “Testamentos e hierarquias em sociedades escravistas

<sup>9</sup> É importante destacar que há muitos outros trabalhos sobre diferentes temáticas que foram desenvolvidos no âmbito do programa de pós graduação da Universidade Severino Sombra. Por conta da sua quantidade, de sua qualidade e do perfil dos alunos daquele programa, justifica-se uma pesquisa posterior, sobretudo para melhor compreender uma nova historiografia da Baixada Fluminense.

<sup>10</sup> Ver: [www.uff.br/curias/](http://www.uff.br/curias/) Acesso (27/03/2016)

<sup>11</sup> Camila Baptista, Denise Demétrio e Gisele Ribeiro foram bolsistas desse projeto que depois tornaram-se alunas do programa de pós graduação em História da UFF.



ibero-americanas (Séculos XVI-XVIII)", coordenado pelo professor Roberto Guedes Ferreira, e atuaram no Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu.

Atualmente, a produção historiográfica sobre a Baixada Fluminense, sobretudo aquela que enfatiza as reflexões sobre o seu passado escravista, tem uma recorrência em diferentes programas do Rio de Janeiro, o que já pode ser percebido no final do quadro 1, mas que por certo ficará mais bem clarificado nos próximos anos com a defesa de dissertações e teses que estão em andamento em programas da própria UFRRJ, mas também na UFF, UERJ, UFRJ, UNIRIO e UNICAMP. Desse modo, não seria qualquer exagero afirmar que, nos últimos anos, a Baixada Fluminense conheceu a sua revolução historiográfica e ela teve uma grande participação dos historiadores da escravidão que nela atuam.

### Considerações finais

A escravidão sempre foi um tema privilegiado para a historiografia brasileira. Muitos estudos sobre o passado escravista no Brasil se deram em função das contradições de nossa sociedade na atualidade, sobretudo aquelas que carregam as marcas da escravidão. Esses estudos foram se multiplicando ao longo dos anos, transformando-se em uma espécie de termômetro metodológico para a historiografia brasileira em geral, ao experimentar novas fontes, diferentes abordagens e concepções teóricas diversas. Como não seria diferente, ao longo do século XX, inúmeras escolas interpretativas se multiplicaram no Brasil, elevando e enriquecendo os estudos historiográficos. Muitos desses trabalhos se transformaram em matrizes metodológicas que extrapolaram o tema da escravidão, transformando-se em inspiração para historiadores que procuravam em outros temas as questões para as suas hipóteses e problematizações para pensar a sociedade brasileira ao longo do tempo.

Ao contrário desse movimento nacional, a Baixada Fluminense conheceu o silenciamento historiográfico da escravidão nos trabalhos de memorialistas e historiadores tradicionais que pensaram a região ao longo do século XX. As razões para esse silenciamento ainda precisam ser pensadas, analisadas e debatidas nos diferentes círculos de debates da região e de outros territórios. Contudo, a marcante proporção de negros e pardos na população das cidades da Baixada Fluminense, os patrimônios e expressões da cultura afro brasileira e os lugares de memória da escravidão ainda preservados na região acentuam a invisibilidade do tema da escravidão e do negro nos estudos pioneiros sobre sua história. De certa forma, é intencional concluir esse trabalho abrindo esse debate, oferecendo novas questões e pensando em problematizações que devem estar nas perspectivas de novas reflexões.

Entretanto, ainda é preciso acentuar que a historiografia da Baixada Fluminense conheceu um novo movimento no final dos anos 1990 e ganhou uma grande repercussão ao longo dos anos 2000. Neste movimento, a temática da escravidão ganhou um fôlego advindo de uma necessidade de se pensar o território fluminense a partir das camadas marginalizadas da sociedade brasileira. Desse modo, o tema da escravidão tornou-se o mais visitado entre os historiadores que viviam e que se propunham a estudar a região. Assim, trabalhos monográficos apresentados e defendidos em diferentes programas de pós graduação do Rio de Janeiro se multiplicaram, ampliando as abordagens, os métodos e as fontes, de forma que a população de negros e pardos pudesse obter um lugar na história e na historiografia da região. Além disso, os trabalhos sobre a escravidão abriram espaços para outros temas sobre o negro e os africanos na região, influenciando a multiplicação de pesquisas sobre a diáspora africana e a cultura afro brasileira na Baixada Fluminense, de forma que as identidades coletivas e as trajetórias individuais pudessem ganhar relevo no âmbito das reflexões que foram desenvolvidas ao longo dos últimos anos.

### Referências Bibliográficas

- BÁ, A. Hampte. *A tradição viva*. In: KI-ZERBO, Joseph. **Metodologia e pré-história da África**. São Paulo, Cortez, 2011.
- BASTIDE, Roger. **As Américas Negras: as civilizações africanas no Novo Mundo**. São Paulo: DIFEL, 1974.
- BEZERRA, Nielson Rosa. **A historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense**. Mimeo, 2014.

<sup>10</sup>São os casos de Nielson Rosa Bezerra e Denise Vieira Demétrio. O referido projeto prevê uma coletânea que está em fase de revisão com publicação prevista para o fim do ano de 2016.

- BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1780-1840**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2010.
- BEZERRA, Nielson Rosa. **As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguazu e Estrela (1833-1888)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, 2004.
- BEZERRA, Nielson Rosa. **A Vila de Iguazu: panorama político, social e econômico da Baixada Fluminense no século XIX**. Monografia de Especialização em História Social do Brasil. Duque de Caxias: FEUDUC/CEPEA, 2000.
- CAMPOS, Ivonete Cristina. **As permanências da escravidão: portos periféricos (1850-1880)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, 2000.
- CARNEIRO, Edison. **Ladinos e Crioulos. (Estudos sobre os negros no Brasil)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CAVALHEIRO, Daniela Carvalho. **Africanos Livres no Brasil: tráfico ilegal, vidas tuteladas e experiências coletivas no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DEMÉTRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História, 2008.
- DEMÉTRIO, Denise Veira. **Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2015.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. FREITAS, Décio Freitas. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Brasília: EdUNB, 1963.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- KARASCH, Mary. **Vida escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- (LAURENTINO) SILVA, Eliana Santos da. **Ações constantes, reações necessárias: crimes de escravos no Recôncavo da Guanabara**. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. Rio de Janeiro: PUC/CCS, 2004.
- LUNA, Luis L. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MOURA, Clóvis Moura. **Rebeliões da senzala, quilombos, insurreições e guerrilhas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- OLIVEIRA, Nelson Henrique Moreira de Oliveira. **Forros Senhores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguazu, fins do século XVIII**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- PEIXOTO, Moisés Soares. **Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social, (Piedade de Iguazu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780- 1870)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.
- RAMOS, Arthur. **As culturas negras no Novo Mundo**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1979.
- RODRIGUES, Ana Paula. **Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade de Iguazu e Jacutinga, séculos XVII-XVIII)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 5ª. Edição. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1977.
- SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989..